



EMBARGO ATÉ O MOMENTO EM QUE O TEXTO É PRONUNCIADO

Congregação Geral 12 - 18 de outubro de 2023 Testemunho Quinto Concílio Plenário da Austrália

Mons. Shane Mackinlay
Bispo de Sandhurst, Austrália

O Quinto Concílio Plenário da Austrália realizou-se ao longo de quatro anos, de 2018 a 2022. Em muitos aspetos, assemelhou-se mais a um sínodo do que a um concílio: utilizou um processo muito sinodal e apenas alguns elementos dos decretos finais eram estritamente legislativos.

O nosso processo começou com uma consulta muito ampla que envolveu 220.000 pessoas, que responderam à pergunta: O que achas que Deus nos está a pedir na Austrália neste momento? Isto levou a documentos temáticos, a mais discussões e reações em todo o país, a um *Instrumentum laboris*, e depois a duas assembleias de uma semana, com consultas sobre os documentos iniciais durante o ano entre elas, levando finalmente a um conjunto de oito documentos que foram apresentados à segunda assembleia. Cada um desses documentos procurava identificar formas de que a Igreja na Austrália se pudesse tornar mais centrada em Cristo e mais missionária. Com várias alterações feitas durante a Assembleia, tornaram-se os oito decretos do Concílio, abordando: a reconciliação com os povos indígenas, a cura para as feridas causadas pelo abuso sexual, o discipulado missionário, o testemunho da igual dignidade de mulheres e homens, a espiritualidade e a liturgia, a formação para o ministério, os modelos sinodais de governança e a ecologia integral.

Em todas as fases do processo, assegurámos que a redação, discussão e decisão fossem guiadas pelo discernimento e por conversas no espírito. Pelo menos a metade de cada dia, durante as duas assembleias, foi dedicada a conversas no espírito, começando com uma oração prolongada sobre um texto bíblico, em mesas de grupos de cerca de 10 pessoas, incluindo um misto de bispos, padres, religiosos e leigos. O número de membros era de 280, dos quais cerca de 60% eram especificados pelo direito canónico e os restantes eram propostos pelas paróquias, dioceses e outros grupos da Igreja.

Durante a nossa segunda assembleia, tivemos um momento de crise, que foi amplamente noticiado. Foi na votação da versão inicial do decreto relativo à igual dignidade de mulheres e homens, que não conseguiu alcançar a maioria de dois terços exigida entre os bispos em nenhuma das resoluções que incluía. Isso refletiu uma série de preocupações e reservas em toda a assembleia, em vez de uma simples divisão entre quaisquer dois campos a favor e contra, quer se trate de bispos e leigos, ou de mulheres e homens, ou o que quer que seja. Na votação consultiva da assembleia do dia anterior, a primeira resolução tinha acabado de obter uma maioria de dois terços e a segunda resolução não tinha conseguido obtê-la. Tanto na votação consultiva como na deliberativa, a grande maioria dos que não apoiaram as resoluções votaram

placet juxta modum (indicando que tinham reservas ou que gostariam de ver alterações), em vez de *non placet*.

Havia uma angústia generalizada quando a votação foi anunciada, pois enfrentámos a perspectiva de o Concílio não dizer nada sobre o lugar das mulheres na Igreja. Decidimos suspender a agenda planeada, para dar espaço a que as preocupações de todas as perspectivas e de todos os membros fossem articuladas, inicialmente através de conversas espirituais nas nossas mesas de grupo, mas depois também em toda a assembleia. Por fim, criámos um grupo especial de redação e voltámos ao assunto dois dias depois, onde um texto revisto foi aprovado por esmagadora maioria. A resolução positiva só foi possível devido à apreciação partilhada por todos os membros de que era extremamente importante abordar esta questão e devido ao seu claro empenhamento em garantir que trabalhávamos em conjunto para obter um documento mais bem articulado e cuidadosamente equilibrado. Os membros mostraram grande generosidade ao persistirem no diálogo, apesar da tristeza e da mágoa que muitos sentiram após a votação falhada. Entretanto, a qualidade e a profundidade da nossa conversa e reflexão mudaram, e penso que os restantes documentos que analisámos melhoraram significativamente devido a isso. Esta pode ser também uma das razões para a receção amplamente positiva dos decretos por parte das pessoas de toda a Igreja na Austrália, que os reconheceram como sendo fiéis ao longo processo de consulta, preparação e discernimento.

Desde então, tenho refletido muitas vezes sobre o que aconteceu connosco nesses dias. Os presentes já tinham falado livre e abertamente, e tinham sido ouvidos respetivamente. Mas, em retrospectiva, penso que tínhamos falado sobretudo a partir da nossa cabeça, expondo ideias que tínhamos considerado frequentemente e que já estavam bem estabelecidas nas nossas mentes. Depois da crise, as pessoas falaram muito mais a partir do coração, com uma vulnerabilidade que as expôs pessoalmente, colocando-se na linha de frente para descrever a sua experiência vivida de como foram pessoalmente afetadas.

E este falar corajoso foi recebido com uma qualidade de escuta diferente. Em vez de reconhecermos argumentos familiares e ensaiarmos objeções, ouvimos melhor o que foi dito como sendo profundamente pessoal, e tivemos uma maior abertura para apreciar o que foi dito, aprender com o que foi dito e sermos transformados por isso. Isso exigiu de nós uma humildade para reconhecer que talvez nós não tenhamos a resposta final.

Desde então, muitos descreveram que a rutura e as novas possibilidades abriram-se como uma experiência do Espírito Santo. Foi certamente uma experiência de *parrhesia* - tanto o falar corajoso como a escuta humilde; e não há dúvida de que foi fundamental para enriquecer a nossa comunhão.

Para nós, agora na Austrália, a tarefa é começar a implementar os decretos, tanto a nível nacional como local, nas paróquias, dioceses e outras entidades católicas. Para além do conteúdo dos decretos, penso que o impacto mais significativo do Concílio Plenário sobre a Igreja na Austrália será a experiência positiva e transformadora do discernimento e da sinodalidade, que está agora claramente estabelecida como o modo normal de abordar as discussões e a tomada de decisões partilhadas em todas as nossas atividades.